



O discurso comunitário: para uma epistemologia da comunicação comunitária¹

Autor: Eduardo Y. Yamamoto²

Aluno do Programa de Mestrado em Comunicação da Unesp – Bauru (SP)

Resumo: A apropriação da palavra comunidade pelo discurso hegemônico é proporcionada ora pela natureza dialética da palavra, ora pela produção do discurso em que a mesma se insere. Imbricada numa modalidade de poder, o discurso comunitário busca não a ruptura, mas a conciliação com a estrutura social; por isso está no cerne dos movimentos sociais contemporâneos em defesa da democracia cultural, cuja sombra ofusca a diferença material, subposta. Pretende-se, através de uma historicização do discurso comunitário, elucidar a construção de significados e práticas sociais comunitárias, enfocando suas contradições. Esta compreensão indica que a emergência do discurso comunitário no cenário atual constitui-se por uma articulação que subsume o popular em grupos fragmentários, dirimindo sua ação. A legitimação da comunicação comunitária não foge à regra, é fruto desta reprodução ideológica.

Palavras-chave

Discurso Comunitário; Comunicação Comunitária; Ideologia; Individualismo; Multiculturalismo.

1. A DIALÉTICA DA COMUNIDADE

Os significados que as palavras carregam são dependentes das sensações que elas transmitem, e do entendimento comum que elas suscitam. Há algum tempo, comunidade era sinônimo de atraso, um obstáculo que impedia o processo civilizatório: a integração do mundo às benesses do iluminismo, da ciência e da tecnologia. Nesta época, o discurso da modernização (período da formação de Estados-nação, e posteriormente, na Revolução Industrial³) criava um clima hostil às comunidades; estas deveriam ser superadas, sair de um estado de barbárie⁴ rumo à civilização.

Outrora, alguns pensadores utilizaram o entendimento comunitário à contrapelo da dialética social. Destacam-se, dentre outros, Tönnies⁵, Redfield⁶, Esposito⁷, etc. Assim, comunidade foi levada à condição de receptáculo das qualidades positivas caras ao mundo civilizado. Evocava - como num retorno romântico às origens sociais - à

¹ Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação.

² Especialista em Comunicação Popular e Comunitária (UEL-PR). Atualmente é aluno regular do programa de mestrado em Comunicação da UNESP (Universidade Estadual Paulista - Bauru).

³ Ver BAUMAN, Zigmunt. 2003. p. 27-39.

⁴ Pode-se retomar ainda em O Leviatã, de T. Hobbes, o primeiro manifesto em favor de uma “sociedade civilizada”.

⁵ TÖNNIES, Ferdinand. (1947 ou 1887): Comunidad y sociedad. Buenos Aires.

⁶ REDFIELD, Robert. (1947). “The Folk Society” In.: American Journal of Sociology n° 41, pp. 293-308.

⁷ ESPÓSITO, Roberto. *Communitas. Origine et destin de la communauté*. Paris, PUF, 2000.

sensação de segurança, certeza, fraternidade, calor, pertencimento, tolerância... Neste percurso todo, e não livre de contradições, comunidade serviu de justificativa (e ainda hoje serve) para legitimar empreendimentos capitalistas.

1.1. Da palavra ao discurso

Estas possibilidades de interpretação são proporcionadas pela natureza dialética da palavra comunidade, conforme a leitura que Demo⁸ faz sobre os produtos sociais. Tal compreensão ajusta-se ao processo de significação da palavra como resultado das interações sociais: é dialética, ou seja, provém sua dinâmica precisamente da unidade de contrários; é também a fonte perene de transformações a partir das significações sufocadas. Assim, não existe modo não contraditório de significação já que “dentro de um contexto da unidade de contrários abre todos os horizontes imagináveis de transformação”.



Fig. 1: Dinâmica da significação da palavra

Ressalva-se que a apresentação de comunidade e sociedade será feita aqui sob mediação simbólica. O intento não é advogar a existência ou não de comunidades na sociedade contemporânea ou ainda vislumbrar um cenário pré-capitalista⁹. Pretende-se, por outro lado, verificar o discurso comunitário como mecanismo que cria tal representação, e através da qual a prática social se solidifica.

Como signo ideológico, a palavra legitima o grupo hegemônico que lhe impinge significações conforme seus preceitos de dominação. Assim, a apropriação da palavra

⁸ DEMO, Pedro. *Participação é conquista*, 2001. p. 6.

⁹ Para não ser acusado de uma redução dicotômica, ressalva-se que comunidade e sociedade são dois modelos que podem ser reunidos (ou seja, podem coexistir) em qualquer relação social, já que são formas de orientação da prática social (nesse sentido, algum equívoco pode aparecer quando da representação esquemática das figuras). Este recurso será ativado apenas para estabelecer limites conceituais advindos do próprio discurso comunitário que ao mesmo tempo cria e se coloca em posição contraditória. Embora o foco seja a compreensão da comunidade enquanto discurso, não se pode negligenciar outros agenciamentos comunitários que fogem deste viés linguístico-sociológico.



pelo grupo tende a afastar (ou suprimir) significações outras que poderiam abalar o seu sistema de representação. A acepção do termo ideologia é aquela que lhe dá Mannheim:

O conceito de “ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesse a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto. (1982, p. 66)

Da sua unidade mínima, a palavra, esta engendra uma formação discursiva especificando seu sentido nos textos culturais. É dessa maneira que a ideologia se materializa, realizando o sistema de representações conforme seu enunciador.

[...] A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o fazer e o pensar, o dizer e o ser e, destarde, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. (CHAUÍ, 1982, p. 3)

Tal sistema, entretanto, pode ser contestado pela re-significação dos próprios valores; isso se deve pela própria sensibilidade do indivíduo. Assim como a sociedade, a palavra é também dinâmica, assenta sua transformação pela prática social, vale dizer, no uso da palavra. Porque a sociedade é viva, dinâmica e se transforma, seus produtos também o fazem, ‘a palavra se transforma’. A apropriação deste signo propicia não apenas o estancamento, mas também o deslize semântico.

O sentido de uma palavra “nasce”, produz-se, em geral, a partir de mudanças sociais, a partir de novas teorias, a partir de conteúdos novos – de novas ações humanas, enfim. Essas novas ações brotam a cada momento no cotidiano, muitas vezes num processo lento, outras vezes rapidamente, de acordo com o momento histórico. (BACCEGA, 2003. p. 33)

E é no cotidiano, como completa a autora (2003) “pela sua flexibilidade”, que se verificam as inovações, a produção de novos sentidos. Posteriormente eles serão integrados no sistema ideológico preexistente, conservando-o ou alterando-o. Ademais, o movimento que resulta na criação de um sentido novo, a produção cultural, bem como a construção de expressões novas, deve ser assumido e compartilhado por um grupo;



este tem como condição o fato de que tal(s) signo(s) já existia(m) “virtualmente na tradição cultural”. (BACCEGA, 2003, p. 45)

1.2. Da comunidade ao discurso comunitário

A palavra comunidade ganhou nova realidade além daquela interpretação discursiva designando atraso: a busca por segurança em bairros fechados; a comunicação comunitária como salvaguarda e valorização dos interesses locais e garantia de melhor integração; a preservação de minorias (culturais) ameaçadas... O uso destas expressões explica o modo como a palavra aufere sentidos variados - mudanças pela ressignificação - conforme as transformações sociais ocorridas ao longo da História. Segundo Baccega:

As coisas existem independentes de nós – são os objetos. Quando nos inteiramos com elas, através da práxis, o que era objeto passa a produto. Já não se trata mais da coisa “solta”, a interação transforma o objeto em produto. Ele agora está pertencendo ao nosso universo. Mas o produto nunca pertence a um indivíduo isolado (que não existe): logo, ao ser apropriado e se tornar produto, o objeto tem sua existência regulada pelas relações que estabelece com os demais objetos. Essas relações, concretizadas na existência social dos homens, estão subordinadas à ideologia. Desse modo, o produto se torna forma e passa a ser mercadoria. (2003. p. 39 - 40)

A relação enfatizada pela autora faz-se presente às implicações do conceito de comunidade em seu uso corrente; serve, assim, de ajuste do indivíduo atomizado diante da nova realidade social. Situações como os movimentos de afirmação de identidades, a discriminação racial, a necessidade de pertencimento diante do isolamento psíquico e físico das cidades, além da construção de fronteiras físicas e imaginárias frente ao medo da desintegração sócio-econômica, estão todos relacionados à busca por proteção individual/coletiva. Isso se dá pelo consumo de uma mercadoria denominada comunidade, a qual é criada e incentivada pelo discurso hegemônico, sob o rótulo de segurança dos grupos. Reiterado e repetido inúmeras vezes, esse pressuposto torna-se estabelecido. A mercadoria veste-se, desse modo, de linguagem e será tanto mais eficiente na medida em que mantém intacta a estrutura social.

Enquanto produto ideológico, comunidade, como afirma Baccega (2003), tem sua existência social dialeticamente regulada com sociedade; essa relação se constitui de forma paradoxal, por exemplo, através da demonização das cidades pela mídia. A



espetacularização de crimes, o terrorismo urbano, a saturação da violência e a anomia social são pulverizadas em microcosmos cotidianos criando uma atmosfera ideal para a emergência do discurso comunitário¹⁰.

1.3. Sobre o multiculturalismo: comunidades e guetos

Entende-se o multiculturalismo como meio a partir do qual o discurso comunitário atua. É com essa compreensão que podemos entender a emergência de algumas questões sobre comunidade e pertencimento social que se manifestam na sociedade contemporânea. Nesse ponto enfatizam-se as idéias de Bauman (2003) acerca da participação dos novos movimentos sociais do século XX, e à observação de que tais grupos, equivocadamente, dependem à reafirmação cultural da identidade. Estes movimentos refletem a eficiência do discurso comunitário num contexto pautado pelo individualismo. Trata-se de reivindicações de caráter personalizado, mas que encontram legitimidade coletiva na sociedade. Esta legitimação compreende a abrangência do discurso comunitário.

Ao colocar na ordem do dia o “direito das comunidades à auto-afirmação e com o reconhecimento público de suas identidades por escolha ou por herança” (BAUMAN, 2003, p. 97), a “máscara” faz centrar as energias sociais na busca pelo direito à igualdade cultural, à afirmação das raças, das minorias discriminadas. O multiculturalismo surge então como legítimo representante da sociedade democrata, asseguradas pela tolerância liberal, direito consensual e inalienável.

A aceitação das diferenças culturais fragmenta as lutas reivindicatórias e tira de cena a privação material, fonte de toda insegurança. Esta observação se torna ainda mais acentuada pelas reivindicações da base, não ao direito da igualdade econômica, mas tão somente à aceitação social: não é por outra razão que a discussão acerca da inclusão no sistema, a exemplo das cotas de negros, índios, etc, desvie para o argumento da discriminação histórica e o direito de igual acesso às raças.

A democracia cultural, entretanto, é um ponto de partida para um desenvolvimento mais amplo. Pensar essas reivindicações como fim em si é aprofundar ainda mais a distância entre centro e periferia. O aumento das diferenças de riqueza

¹⁰ Esse discurso torna-se mais evidente pela veiculação publicitária de condomínios fechados no caderno de Cidades dos principais veículos impressos de comunicação; este dispositivo produz um efeito de sentido intertextual, gerado pela relação entre a notícia e a publicidade.



pode ser pensado ainda em termos de organização espacial. Os indivíduos que buscam a resistência frente às eventualidades, ao mesmo tempo, empurram os demais (aqueles que não tem tanta liberdade de movimentação social) à desintegração. Este mecanismo aprisiona todos à lógica da proteção individual, fetiche de uma liberdade de que não abrem mão. Com espaços públicos individualizados e privatizados, a proteção fica sob responsabilidade de cada um; conseqüentemente, a comunidade fica sitiada: não existem escolhas verdadeiramente, da mesma forma que não há comunidade no medo e na desconfiança. É exatamente esta incerteza, o contrato social para o fechamento voluntário em comunidades, além da busca por identidades individuais (grupos culturais em que possam se sentir pertencentes e protegidos). Os guetos emergem deste processo, constituem-se, porém, como resíduos do fechamento voluntário:

Os guetos reais são lugares dos quais não se podem sair (como diz [Löic] Wacquant, os habitantes dos guetos negros norte-americanos “não podem casualmente atravessar o bairro branco adjacente, sob pena de serem seguidos e detidos, quando não hostilizados, pela polícia”); o principal propósito do gueto voluntário, ao contrário, é impedir a entrada de intrusos – os de dentro podem sair à vontade. (...) Os que optam pelas comunidades cercadas tipo gueto podem experimentar sua “segurança da mesmice” como um lar; as pessoas confinadas no verdadeiro gueto vivem em prisões. (BAUMAN, 2003, p. 106 -107)

O fechamento e a reclusão são características da cultura do medo que se instala neste espaço frente à possibilidade de desintegração física e psicológica. Este estado, entretanto, não se limita aos guetos; ele se alastra no sistema social de maneira circular e global. Os guetos, como querem alguns, não são projetos de comunidade, mas ao contrário, um confinamento para a fragmentação e atomização social, dada a precariedade dos modos inferiores de vida. Neste caso, a exclusão é quem agrega o grupo, e a individualidade é a própria sobrevivência.

Também contraditórios em si, por outro lado, são os guetos voluntários. O discurso comunitário aparece como apaziguador da tensão entre liberdade e segurança, duas qualidades complementares, porém, incompatíveis. Essas observações denunciam o discurso multicultural que visa anular ou camuflar conflitos, ou simplesmente naturalizar estas questões.

Outro aspecto acerca do multiculturalismo e que merece ser pontuado refere-se à noção essencialista de cultura, bastante utilizada como pressuposto reivindicativo. Esta idéia está na raiz de muitos nacionalismos, guerra santas, gangues urbanas, racismos, além de outros espetáculos apresentados pela mídia.



1.4. Identidade cultural e investimento comunitário

Silva¹¹ defende que a questão da identidade e da diferenças não são absolutamente dados da natureza, mas inserem-se em uma produção social discursiva. Seu argumento não reduz tais questões ao respeito e à tolerância com a diversidade.

[...] a identidade [e tudo isso vale igualmente para a diferença] não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2000, p. 96-97)

A aceção de identidade para compreensão da trama discursiva que envolve os sujeitos comunitários será aquela formulada por Hall:

[...] utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso. [...] Uma teoria da ideologia deve começar não pelo sujeito, mas por uma descrição dos efeitos de sutura, por uma descrição da efetivação da junção do sujeito às estruturas de significação. (1996, p. 111-112)

Atua neste caso, a ação ideológica proposta por Althusser, que chama o indivíduo à prática discursiva, entendido como investimento comunitário. Conforme o autor, “A ideologia [...] ‘recruta’ sujeitos entre indivíduos... ou ‘transforma’ os em sujeitos [...] por esta operação muito precisa a chamei de interpelação”¹² (1971, p. 146).

O pensamento de Hall amplia as possibilidades de estudo sobre a identidade e, conseqüentemente, da compreensão e constituição de comunidades nos dias atuais.

2. DAS TIPOLOGIAS

¹¹ SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. 2000. p. 73-102.

¹² ALTHUSSER, Louis. *Lênin and Philosophy, and other Essays*. Londres: Left Books. In.: WOODWARD, Kathryn. 1997, p. 60.



Traçar uma tipologia de comunidade tem relevância no fato de que “A palavra carrega a ‘prática social solidificada’” (BACCEGA, 2003, p. 26). Dessa forma, uma tipologia da palavra atende tanto à necessidade de se esboçar uma sistematização de comunidade conforme a divergência em relação à ação social transformadora, quanto à importância de se observar a convergência do discurso comunitário, ou seja, as articulações discursivas engendradas sobre os sujeitos comunitários nestes dois casos.

2.1. Comunidade Histórica

Para lidar com a fragmentação do presente, algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido, “ordenado... por lendas e paisagens, por histórias de eras de ouro, antigas tradições, por fatos heróicos e destinos dramáticos localizados em terras prometidas, cheias de paisagens e locais sagrados...” (Daniels, 1993, p. 5)¹³

A comunidade histórica é interpretada aqui como algo naturalmente tácito, não podendo sobreviver, entretanto, aos momentos de reflexão. Neste caso seria bastante contraditório entender a comunidade vivendo-se nela. Segundo Tönnies¹⁴, neste espaço se faz presente “a vontade real e própria daqueles que se unem”, como uma espécie de contrato inconsciente – que deixaria de existir na medida em que se torna consciente - e que precede todos os acordos. Desta mesma linha de pensamento, Martin Heidegger integra a linhagem de filósofos modernos que olham com desconfiança para a existência de comunidades no interior da sociedade industrial. Para que a comunidade exista, afirma Heidegger, ela “só pode estar dormente – ou morta¹⁵”. Neste caso seus membros nunca a perceberiam, a menos que não estivessem mais nela.

Observa-se que esse é exatamente o ponto em que o individualismo atua como agente autodestrutivo da comunidade. Pensar em comunidade é pensar no outro – retomando a raiz da palavra *cummunus*: *cum* (junto de, com), *munus* (ônus, ofício ou doação), ou seja, viver em função do outro, uma obrigação -; ao passo que pensar em sociedade (*immunitas*) é valorizar o indivíduo, sua subjetividade – *im+munis*: significa viver em função de si mesmo, sem obrigação para com os outros¹⁶. É desse modo que alguns filósofos modernos consideram contraditória a compreensão de comunidades

¹³ In.: SILVA, 2000, p..23

¹⁴ *Community and Society*, trad. Charles P. Loomis (Nova York: Harper, 1963), p. 47, 65, 49. In.: BAUMAN, 2003.

¹⁵ In.: BAUMAN, 2003, p. 17

¹⁶ ESPÓSITO, Roberto. *Communitas. Origine et destin de la communauté*. Paris, PUF, 2000.



como pequenos grupos da sociedade. Vale dizer, que o ofício/doação da *cummunus*, ou daqueles que nela vivem é algo vazio, ou seja, existe apenas como discurso. A tentativa de colocar substância - por exemplo, uma idéia racista, nacionalista - nesta doação ao outro, constitui a própria negação da *cummunus*, porque a partir daí já seria algo consciente. A comunidade é então colocada em xeque pela razão mesma que a faz existir enquanto tal. A consciência de uma substância (a seleção de uma verdade no meio de tantas outras existentes) nesta doação já aponta para uma intencionalidade e, conseqüentemente, a um pensamento (ideológico) subjacente.

E é por toda a trama de discursos que se tecem no cenário sócio-cultural da modernidade tardia¹⁷, que a apropriação da idéia de identidade por *différance*¹⁸ se faz indispensável pela compreensão do investimento comunitário. Pode-se averiguar que as narrativas históricas perfazem construções ideológicas que vêm ao encontro das lideranças comunitárias como pretexto para este investimento. Todas elas, entretanto, se valem da homogeneização e simplificação da comunidade num contexto desigual de poder. O enfraquecimento de narrativas tradicionais (por exemplo, o trabalho, a família, a Igreja...), que percorreram séculos com imenso vigor, coincide com movimentos de resgate de um passado mítico, integrando outros elementos frente à dinâmica social, como o questionamento da situação vigente, e o desejo de construção de uma nova¹⁹.

Algumas destas narrativas foram ressuscitadas durante a implantação de regimes totalitários, nacionalistas (como o nazismo) do século XX, e também nas atuais disputas pela afirmação étnica (povos diferentes convivendo num mesmo território), atentados terroristas e localismos. A contestação de uma unidade nacional - sua identidade histórica - pelo inimigo faz emergir a volta ao passado, aos mitos, aos signos que dão unidade temporária ao povo. A guerra de Kosovo apresentou um exemplo da ruptura da unidade nacional entre os povos sérvios e croatas. Neste caso, a eclosão da guerra suscitou o questionamento das formas imaginativas de organização da unidade, as histórias comuns de cada povo, além das diferenças pela qual a luta é necessária.

¹⁷ O que tardio geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização, menos perceptíveis e menos dramáticas porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas. (JAMESON, 2000, p. 24)

¹⁸ É a partir da noção de *différance* que podemos compreender a condição da identidade (e igualmente da linguagem) como algo que necessita sempre de um outro (do diferente) para existir; ademais, esta significação, ou construção da identidade (e assim, da diferença), é sempre adiada, ou seja, está em constante processo. (DERRIDA, J. *On Grammatology*. Baltimore/Londres. MD/Johns Hopkins University Press, 1976. In.: WOODWARD, 2000, p. 28)

¹⁹ Um exemplo claro é o Estudo de Recepção realizado na rádio comunitária Nova Geração de Jataizinho (PR). Localizada na sede da Igreja católica, a rádio abre espaço para outras manifestações religiosas, embora integre outras formas de controle na programação. (PEREIRA, Vítor S; YAMAMOTO, Eduardo Y, UEL. 2004)



Mesmo que não exista nenhuma identidade fixa sérvia ou croata, as pessoas envolvidas nas batalhas comportam-se como se existissem e expressam um desejo de “comunidade imaginada”. Benedict Anderson²⁰ utiliza esta expressão para afirmar a dependência da identidade à idéia que se faz dela. Também sob este argumento, verifica-se a criação de uma suposta comunidade imaginária européia que barra a presença de trabalhadores da África do Norte em seu território. Diante destes acontecimentos deve-se indagar se tais movimentos buscam uma ruptura, ou a conciliação com a ordem material.

2.2. Comunidade participativa

A comunidade participativa tem uma compreensão usual próxima à povo, se analisadas em função dos indivíduos da base em suas disputas políticas e reivindicação pela distribuição material, num contexto de desigualdade e dominação político-econômico. Este sentido é evidente, por exemplo, quando justapostas à Comunicação: abertura de canais democráticos para participação, o resgate da cidadania e construções pedagógicas transformadoras através dos meios, etc.

Observa-se, entretanto, que a palavra comunidade passa a ter um sentido problemático na medida em que sua cooptação pelo sistema ideológico legitima a manutenção da estrutura social. Assim, é freqüente a designação comunidade ao conjunto de indivíduos cuja meta é a construção de um projeto coletivo, e cujo elemento de coesão é a participação de seus componentes. Nessa ótica, comunidade se legitima não apenas ao conjunto de indivíduos da base, mas também aos espaços privados, como clubes esportivos, condomínios, cooperativas, comunidades da rede. Aqui, não existe diferenciação ou grupo de referência (material) já que a fragmentação social quebrou a estrutura de classe e alocou todos os indivíduos em comunidades culturais²¹.

O entendimento desta fragmentação é reforçado ainda pelo discurso multiculturalista, um contrato em favor da conciliação da Sociedade Civil em um mundo marcado pela idéia de fim das classes, e da ‘ideologia do fim da ideologia’. Nesta compreensão, a condição popular - amalgamada em comunidade - perde seu sentido tradicional, inclusive seu significado histórico (a exemplo, da construção de um projeto de sociedade democrática dentro do entendimento de Bloco Histórico

²⁰Benedict Anderson. *Imagined Communities: reflections on the origins spread of nationalism*. Londres: Verso, 1983. In.: SILVA, p. 23 – 24.

²¹ Para melhor entendimento desta idéia, ver Fredric Jameson “Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio”, constada na bibliografia.



gramsciano) isolando-se em micro-comunidades de interesses imediatos com fins específicos e particulares. Podemos verificar a expressão dessa fragmentação recorrendo, como exemplo, à moda do voluntariado.

A atividade voluntária é 8ª no ranking das maiores economias do mundo; o setor filantrópico apresentou um crescimento de 44,38% entre os anos de 1991 e 1995; o número de voluntários no Brasil já chega a 20 milhões; 81% da mão de obra ligada ao terceiro setor distribui-se em 4 áreas de atividades: educação, saúde, cultura e recreação e assistência social. (MARTINS, 2001)²²

A participação nos espaços onde o Estado deixou de lado é preenchida pelo voluntariado; sua ação, entretanto, possui pouca sinergia, é solitária. Como se vê, a demanda por justiça social, a expressiva marca de sujeitos almejando mudança, porém desarticulados, representa a dificuldade de determinação social do “terceiro estágio do capitalismo [...] eclipsando a distinção entre base e superestrutura” (JAMESON, 2000, p. 25). Esta idéia está diretamente ligada à massificação ideológica da cultura.

Na comunidade participativa, o individualismo é o próprio agente de coesão da comunidade (porém esta é composta por indivíduos narcisistas). Embora a ação participativa vislumbre a ruptura ideológica, a mesma é combatida pelo discurso individualista, através da preservação do ser individual (subjetivo), uma virtude irrevogável na sociedade contemporânea. Este pensamento explicita a ilusão de que cada um pode negociar poder de modo igualitário e livre (economicamente). Entretanto, escamoteia a idéia de que nem todos são legitimados para tal. O Direito Moderno, como enfatizava Althusser²³ (e toda construção legislativa a partir dela, inclusive a concessão de veículos comunitários) preserva não o coletivo, mas o indivíduo. É, aliás, nesse último que reside a própria razão de ser do voluntariado. Segundo Melo “Tendo que, etimologicamente, a palavra voluntário origina-se da mesma raiz de ‘vontade’, assume-se o exercício do voluntariado como a manifestação individual de realizar uma ação.”²⁴

Verifica-se que o desempenho do voluntariado como ação paliativa, atuante nas bordas do sistema desintegrador, é condizente com a manutenção do poder dominante. É nesta linha de raciocínio que Demo (2001) desenvolve a idéia que dá título à sua obra “Participação é Conquista”. De acordo com o autor, aos donos do poder interessa autorizar a participação somente enquanto a ordem vigente se mantiver intacta.

²² MARTINS, Renata de Freitas. Cidadania e Voluntariado in site Núcleo de Direito e Cidadania - FDSBC. Disponível em: www.nucleodireitocidadania.hpg.com.br. Pesquisa realizada em 22/03/2006.

²³ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1974

²⁴ MELO, Felipe. Ser voluntário@: uma prática de cidadania? Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idartigo=37&idmenu=46>. Pesquisa realizada em 22/03/2006



Outro aspecto da dominação apresenta-se pela participação interventiva na comunidade. Nesse caso, a participação cria a ilusão de mudança, mas a transformação ocorre mesmo no indivíduo, na sensação de pertencimento, posto que a luta e a conquista - que até podem ser coletiva -, configuram-se por agentes externos, que em muitos casos apenas transferem a dominação e reiteram algum interesse exclusivista. Mesmo o exercício de um poder conquistado apresenta também a face da individualidade, ela é encarnada numa personalidade singular (por exemplo, no herói). Na raiz desta questão está o forte traço assistencialista, herança de uma tradição autoritária colonial que naturaliza a dominação. Este fenômeno encontra-se plasmado no entendimento participativo de muitas comunidades, sob a forma de delegação de poder a outrem, como afirma Cicília Peruzzo parafraseando Maria Esther Dias:

[...] a práxis autoritária vai concretizando um projeto de dominação política em todas as instâncias da vida social e tornando o “autoritarismo ‘apolítico’ expressão máxima de um processo de ideologização que visa configurar a dominação como algo ‘natural’, não imposto pela força, à medida que a integra à personalidade individual e à prática social cotidiana”. (DIAS, Maria Esther, A dialética do cotidiano, 1982, p. 82-83. In.: PERUZZO, 1999, p. 74)

Observa-se que o discurso comunitário articula-se com a prática do autoritarismo político e na transferência ilusória de poder - que na realidade é delegada e não subtraída²⁵ -, como se a dominação e a hierarquia fosse um dado da natureza, nunca como modalidade de poder construída historicamente pelo discurso e pela prática social. O poder quando não conquistado e exercido coletivamente é doação (ou golpe de Estado) e fica sob as amarras do dominador. Este exercício não é gratuito, ele serve para que se perpetue a lógica de dominação. A articulação discursiva interpela o indivíduo através de idéias que, caso tenha êxito, se concretizarão, embora em âmbito individual.

Se na comunidade histórica havia restrição da liberdade individual, na comunidade participativa nos tornamos reféns dela. Atuam da mesma maneira, nas duas tipologias, o discurso ideológico. A comunidade participativa apresenta a incoerência de se lutar coletivamente no interior de uma sociedade fraturada. O medo da incerteza do que virá depois da luta, e a insegurança de se caminhar na contramão do sistema hegemônico são modelados em diversos produtos e construções do discurso ideológico e pulverizados nos grupos. Esta representação é eficiente, pois está ancorada num contexto de exacerbação do indivíduo, na fruição individual das conquistas e na

²⁵ FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1985.

preservação subjetiva da identidade. Por essa visão de mundo, o confronto tem várias frentes e é ao mesmo tempo solitário. Ademais, os grupos competem individualmente entre si em metas particulares e imediatas. O Outro é interpretado como concorrente reproduzindo a lógica das atuais organizações empresariais. O quadro abaixo resume um pouco do que foi dito até agora:

	<i>Comunidade Histórica</i>	<i>Comunidade Participativa</i>
Pertencimento	Individual	Coletivo, mas fragmentado
Status quo	Mantêm	Tenta subverter
Relação com o Individualismo	Fim da comunidade	Início da comunidade
Discurso Comunitário	Dogmático (fundamentalismo)	Hierárquico (transferência de poder)
Pensamento Subjacente	Ideológico	Ideológico

Fig. 2: Das tipologias

3. PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

À guisa de uma conclusão provisória, dois aspectos podem ser problematizados como resultados parciais deste percurso teórico: 1º) Como o discurso hegemônico se apropria da comunicação comunitária (apresentados pelo fato de veículos comunitários reproduzirem a prática – proselitista - de dominação em seus espaços de atuação)? 2º) A expressão comunicação comunitária é apropriada para legitimar um projeto de transformação social (expressa em termos de justiça material)?

O quadro das tipologias (fig. 2) apresenta nas duas primeiras linhas a possibilidade de distinção entre as duas comunidades. Já a terceira linha contextualiza o ambiente social pautado por uma forte marca contemporânea; ela nos dá uma pista para uma construção social colocando-se não como alternativa à sociedade capitalista, mas como parte dela, cuja lógica funciona junto com a da sociedade maior, fragmentada, anônima... Isso possibilita uma sutil distinção entre comunicação comunitária e popular. Já as duas últimas linhas apresentam as convergências das duas comunidades: a ideologia que subjaz o discurso comunitário ganha força pela presença de outros discursos que se sobrepõem e agem por sinergia conforme os preceitos de dominação (como vimos, o multiculturalismo, o autoritarismo, a hierarquia, o dogmatismo...).

A comunicação popular ancorada numa distinção e desejo coletivo por transformações estruturais é subsumida dentro da comunidade participativa (aqui ‘povo’ encontra-se imerso nas articulações do discurso comunitário apresentado acima). Essa subsunção tende a sufocar a força de significação de povo, ora como representação da desigualdade material, ora como grupos (na forma plural) instituídos de poder, dado que no ‘popular’ a conquista não é personalizada como na ‘comunidade’, mas coletiva.

A expressão comunicação popular ou comunitária, quando observada como sinônimas, remete tanto a uma estratégia de mudança social através dos meios de comunicação basistas (comunicação feita pelos indivíduos da base), como possibilita também o uso dos meios para fins políticos e particulares, a manutenção do *status quo* (comunicação feita pelas várias comunidades existentes, ou seja, não se restringe aos indivíduos da base). Esta segunda interpretação é bastante recorrente nas rádios comunitárias do Paraná²⁶. A abrangência da palavra comunidade possibilita estas duas interpretações por compreendê-la num contexto multiculturalista. Como toda construção ideológica, o discurso comunitário tende a reiterar os interesses do grupo dominante. Ao mesmo tempo ele obscurece a idéia de que a lógica (ou a ilusão da determinação) cultural constitui-se apenas como um momento específico do capitalismo.

	<i>Comunicação comunitária</i>	<i>Comunicação popular</i>
Pensamento subjacente	Ideológico	Utópico*
Estrutura social	Multiculturalismo	Sociedade de classe
Proposta de ação	Conciliação	Conflito, ruptura
Polarização	Diferenças culturais	Diferença econômica
Administração	Autoritarismo	Autogestão

Fig. 3: Comunicação comunitária x Comunicação popular

Essa construção teórica tentou trazer elementos que indiquem uma outra forma de tratar a Comunicação - em especial pelo viés comunitário - através de uma análise discursiva. Segundo França (2001, p. 25), em geral, “a fragilidade e/ou simplificação” dos estudos em Comunicação é responsável pela falta de especificidade: “partindo de

²⁶ Ver: MANSANO, Fábio A. “Para uma leitura crítica das rádios comunitárias”, UEL. 2003.

* O conceito de pensar *utópico* [...] é a de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente tão firmemente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente vêem na situação os elementos que tendem a negá-la. (MANNHEIM, 1982, p 67.)



um lugar com poucas perguntas, os estudos caminham um pouco à deriva, respondendo e se ancorando mais no instrumental e nas questões colocadas pelas demais áreas afins”.

Nesse sentido, é sempre importante cercar-se de uma epistemologia que traga reflexões à área da Comunicação, conforme a práxis de suas especificidades (o uso da palavra). Os apontamentos de França caminham na direção deste trabalho; eles mostram algumas possibilidades para pesquisas empíricas em Comunicação Comunitária.

[...] identificação dos discursos, formas simbólicas que trazem as marcas de sua produção, dos sujeitos envolvidos, de seu contexto – e não exatamente mensagens; apreensão de processos produzidos situacionalmente, manifestações singulares da prática discursiva e do panorama sócio-cultural de uma sociedade - em lugar do recorte de situações isoladas. (FRANÇA, 2001, p. 26)

Referências

- BACCEGA, Maria Ap. *Palavra e Discurso: História e Literatura*. São Paulo: Ed. Ática. 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec. 1997.
- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1982.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Ed. Cortez. 2001.
- FRANÇA, Vera V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, Luís G. (org.) *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 13-29.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- MANNHEIN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- PERUZZO, Cicília M. K. *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1999.
- SILVA, Tomaz T. da (org) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000.